



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

MT
719(815.1-0 Campos das Vertentes)
M626
v.1

MICRORREGIÃO DOS CAMPOS
DAS VERTENTES
ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

I. SÃO JOÃO DEL-REI

R. 582 - V.1

30-12-80



F.J.P. - BIBLIOTECA



NÃO DANIFICAR *60000582*UETA



APRESENTAÇÃO

Este documento é uma separata aos trabalhos elaborados pela equipe técnica do Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro para a Microrregião dos Campos das Vertentes. Sua apresentação à parte se justifica por seu interesse específico, ou seja, a caracterização do acervo histórico-artístico de São João del-Rei. Encontram-se neste estudo recomendações quanto a preservação deste rico patrimônio e sugestões para seu melhor aproveitamento em termos urbanísticos e para o turismo.



MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

Acervo Histórico e Artístico

I. São João del-Rei

São João del-Rei é, dentre as chamadas cidades históricas de Minas Gerais, a única que logrou absorver, sem solução de continuidade do seu processo de evolução, o impacto decorrente da decadência da mineração do ouro já evidenciada em fins do século XVIII. Razões bastante peculiares de ordem econômica e político-administrativa impediram - como foi observado no Estudo Preliminar - que aquele importante núcleo de formação colonial viesse a sofrer os efeitos da grande estagnação que paralisou a vida dos velhos centros mineiros. Este fato, se por um lado assegurou a São João del-Rei condições normais e ininterruptas de expansão e desenvolvimento, vem, por outro lado, provocando até nossos dias uma paulatina descaracterização da cidade em sua fisionomia urbana e arquitetônica mais tradicional. É bem verdade que a conformação natural do sítio onde ela se insere, delimitado por elevações cujas encostas principais confluem no estreito vale do córrego do Lenheiro, ameniza de algum modo, com um arruamento central ainda remanescente da antiga vila, as sucessivas alterações verificadas. Ademais, a presença de certas edificações de qualidade datadas do século XIX e dos inícios do atual, a exemplo da Prefeitura, do Teatro, de várias unidades residenciais, etc., funciona hoje, no conjunto arquitetônico da cidade, como uma espécie de elo entre as construções do período colonial e as construções de muito mais recentes, como que arrefecendo em parte o choque dos gostos e padrões construtivos. Tombado pelo atual IPHAN em 4 de março de 1933, o acervo arquitetônico e paisagístico de São João del-Rei só viria, porém, a ter definidos os



limites da área urbana protegida por essa medida legal nove anos mais tarde, ou seja, em 1947, originando-se talvez dessa demora uma agravadora desorientação de parte da população e do próprio poder público municipal quanto às restrições para modificações ou obras novas. Mesmo depois da delimitação da área a ser preservada, a ação disciplinadora do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem sendo objeto de contestação e desobediência, e se o processo de descaracterização da cidade não assumiu nos últimos anos aspectos ainda mais irreversíveis, deve-se isso à favorabilidade dos apontados fatores físicos de conformação do sítio e do tecido urbano tradicional.

Segundo documento existente no arquivo do IPHAN, a área de limitada em 1947 para fins de preservação do núcleo histórico estava, em princípio, assim compreendida: "Alto das Mercês até a antiga Casa da Fundação, descendo pela Travessa Resende Costa, Rua Santa Teresa até o Beco do Salto, à Rua S. Elias, ao Largo do Carmo (Praça Carlos Gomes), Rua João Mourão, Rua Carvalho de Resende, Rua Coronel Tamarindo, Rua Capitão Vilarim até o fim da mesma. Voltando: início da Rua Marechal Deodoro até Rua Artur Bernardes - Ponte Nova ou da Cadeia - e até onde houver trabalho de canalização em cantaria (conservar o trabalho de canalização atual). Continuação da Rua Artur Bernardes, Rua João Salustiano até a Praça Guilherme Milward, voltando pela Rua Ribeiro Bastos, Largo de São Francisco, Rua Padre José Maria, Ponte do Rosário - 50 metros acima (conservar as obras de cantaria atuais), Rua General Osório até a Travessa Santo Antônio, Rua Santo Antônio até o fim. Voltando pela mesma, Travessa da Assunção, Rua das Flores até a Travessa da Rua do Campo, até a Rua das Flores novamente, Travessa do Moxinga e, finalmente, Praça Francisco Mendes (Largo das Mercês), Igreja das Mercês". Previa-se para o tombamento a inclusão também das se



guintes áreas isoladas: "Capela do Bonfim e arredores; Capela do Senhor do Monte e arredores; Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos e arredores". A falta de uma observância' mais estrita quanto à integridade arquitetônica e paisagística das áreas delimitadas, em grande parte comprometidas na opinião dos próprios técnicos do IPHAN, levou este órgão federal a reconhecer a procedência de posteriores pedidos de revisão das faixas tombadas. Em parecer datado de 1967, o assessor do IPHAN professor Augusto Carlos da Silva Telles, depois de enfatizar a existência dessa situação de fato, concluiu por recomendar que, não obstante devesse ser mantido o tombamento mais amplo preconizado em 1947, fosse declarado oficialmente como trecho especial para preservação mais rígida o "arruamento constituído pela Rua Santo Antônio, Praça Gastão da Cunha, Rua Getúlio Vargas, Rua Duque de Caxias e Largo do Carmo".

A questão da descaracterização do acervo arquitetônico e paisagístico de São João del-Rei deve, por conseguinte, ser encarada como um dos pontos críticos do problema urbanístico local e merece atenção prioritária no estudo de novas proposições para o desenvolvimento da cidade. No Plano Diretor elaborado em 1970 para a Prefeitura Municipal pela organização Montor Montreal, alguns aspectos atinentes ao assunto chegaram a ser aflorados, embora sem maior aprofundamento quanto à consideração do valor específico do conjunto de bens culturais posto em causa. A orientação do referido trabalho voltou-se, principalmente, para a fixação de diretrizes gerais de expansão urbana, numa linha de base tipicamente desenvolvimentista, com pequena abertura para os imperativos de conservação e valorização inerentes a todo planejamento para cidades históricas. Também as colocações relativas à rede viária urbana e o tráfego na área central, não são menos superficiais já que o mapeamento em que se baseiam



é bastante impreciso não permitindo qualquer avaliação exata ou conclusão definitiva.

É imprescindível que seja providenciado um mapeamento adequado da cidade e regiões adjacentes nas escalas de 1:2.000 e 1:10.000 para que se tenha uma base segura para o trabalho de organização espacial do conjunto urbano, objetivando conciliar suas necessidades de expansão e desenvolvimento com a preservação de suas características históricas.

Esta tarefa, entretanto, é demorada escapando aos limites de um planejamento microrregional e deverá ser empreendida pela Prefeitura ou um Escritório Municipal de Planejamento Urbano que se encarregaria de propor e executar, mediante assessoramento de firmas especializadas as reformulações necessárias à organização urbana.

Devem ser procedidos levantamentos detalhados das condições atuais dos sítios de ambientação dos monumentos de maior importância, a exemplo das faixas adjacentes às Igrejas do Pilar, Carmo, São Francisco, Rosário e Mercês, bem como de trechos do arruamento central em que ainda se faz sentir a atmosfera urbana mais tradicional. Alguns locais em que se mesclam construções de relativa antiguidade e outras mais recentes, sempre que remarcados por uma feição ambiental já tornada bastante característica, também devem receber compatível atenção, tal é o caso dos quarteirões da Avenida Hermilo Alves onde se situam prédios de vulto arquitetônico mais destacado como os da Prefeitura, do Teatro e da Estação Ferroviária. Está no mesmo caso a denominada Praça do Expedicionário, singular pela sua topografia em aclive, onde se salientam o Chafariz da Legalidade e a Igreja de São Gonçalo. São igualmente merecedores de interesse certos sítios isolados, como os assinalados pela presença das Capelas do



Senhor do Bonfim, Senhor do Monte e São Geraldo, importantes pela situação de referência paisagística em pontos eminentes nas periferias da cidade. A partir das conclusões dos levantamentos respectivos, devem ser formuladas recomendações objetivas, tanto em nível municipal, quanto estadual ou federal, visando não só à efetivação de obras imprescindíveis de valorização, como à adoção de uma política institucional conjugada e de maior eficácia, capaz de conter ou corrigir as desfigurações da fâcies urbanística tradicional.

Quanto a unidades arquitetônicas isoladas, apenas seis lograram tombamento individual pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: as Igrejas de Nossa Senhora do Pilar, do Carmo e de São Francisco de Assis, duas capelinhas de Passos (das Ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas) e uma única edificação civil - a casa da Rua Marechal Deodoro nº 12, atual Museu Regional. Essa limitação deveu-se certamente aos critérios bem rigorosos de avaliação artístico-histórica observados pelo atual IPHAN nos seus primeiros anos de atividade. Tanto assim que o referido órgão, ao tombou em 1938 o acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, somente cuidou do tombamento individual dos dois monumentos religiosos considerados de maior apuro de estilo, quer sob o ponto de vista da arquitetura, quer da ornamentação: as Igrejas de São Francisco de Assis e do Carmo. A Matriz do Pilar, notável pelo seu interior em talha barroca e que remonta às primeiras décadas do século XVIII, só viria a ser tombada onze anos depois, ou seja, em 1949, isso pelo fato talvez de haver sido a sua fachada modificada, em linhas neoclássicas, no curso do século XIX. Entretanto, outros monumentos religiosos locais - como as Igrejas das Mercês e do Rosário, as Capelas do Senhor do Bonfim, Bom Jesus do Monte e Santo Antônio e mesmo a Igreja menos antiga de São Gonçalo Garcia -, exemplares realmente de menor valor artístico, mas significativos pela importância histórica e pela integração no con



junto tradicional da cidade, tiveram tratamento ainda mais discriminatório, permanecendo até hoje à margem da proteção efetiva do tombamento direto. Não obstante esses monumentos e outras unidades locais de interesse, quando compreendidos na área urbana tombada em conjunto, estejam implicitamente sob a órbita do IPHAN, a ausência do tombamento individual pode acarretar para os mesmos o risco de alterações danosas ou até de demolição, como ocorreu no velho subúrbio sanjoanense de Matozinhos. O problema chegou a ser suscitado pelo próprio assessor do Patrimônio professor Augusto Carlos da Silva Telles, o qual, no já mencionado parecer de 1967, sugeriu a inscrição no Livro do Tombo de mais as seguintes edificações cívicas e religiosas de São João del-Rei: 1) Casa de Bárbara Heliodora, à Praça Frei Orlando s/nº; 2) Praça Frei Orlando 38/40, esquina da Rua Padre José Maria; 3) casa que pertenceu ao Dr. Gastão da Cunha, à Rua Dr. Balbino Cunha 190; 4) Rua Padre José Maria 172/4 e Passo vizinho; 5) Rua Padre José Maria 118 e 132; 6) Rua Padre José Maria 80; 7) Rua Padre José Maria 7/15/23/29/35/53, correr de casas até a Avenida Eduardo Magalhães; 8) edifício da Prefeitura Municipal, na esquina da Rua Artur Bernardes com Avenida Hermilo Alves; 9) edifício do antigo Hotel Colonial, à Rua Artur Bernardes 122/128, esquina de Rua Manuel Anselmo; 10) Rua Artur Bernardes 69, esquina da Rua Marechal Deodoro 114/116; 11) Rua Marechal Deodoro 23; 12) Rua Duque de Caxias 238/240, esquina da Rua Sebastião Sete 5/17/21; 13) Rua Sebastião Sete 6/8/12, esquina das Ruas do Carmo e Marechal Bittencourt; 14) Praça Barão de Itambé 17 e Passo vizinho; 15) Igreja de Nossa Senhora das Mercês; 16) Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 17) Capela de Santo Antônio. Apesar de sugeridos por um dos mais categorizados especialistas do Patrimônio, os respectivos tombamentos não foram concretizados.



Da mesma forma que os problemas concernentes à paisagem urbana em seu todo, também a preservação mais rigorosa do caráter ainda autêntico das edificações acima enumeradas e de outras unidades de ponderável valor arquitetônico, a serem identificadas, requer adequada atenção, inclusive no que refere à reiteração junto ao IPHAN e à Prefeitura Municipal da necessidade de tombamentos individuais ou de outras medidas legais de proteção. Uma providência imediata que a prefeitura deve adotar é a do embargo de qualquer construção de mais de dois pavimentos nas vizinhanças das áreas tombadas. Essas edificações de maior porte só poderão ser erguidas em locais a serem demarcados para que não comprometam de forma negativa e irremediável a ambientação e a paisagem nas áreas de configuração colonial ainda não alteradas e que estão integralmente identificadas com a cidade caracterizando-a.

O edifício de 12 pavimentos construído à rua Gabriel Passos, vizinho à área tombada, é um exemplo bastante expressivo de descaracterização que a paisagem pode sofrer ainda que se atenda aos limites de tombamento prescritos pelo IPHAN.

O edifício mencionado impede que vários monumentos históricos, ainda que colocados sobre regiões mais elevadas do terreno, sejam avistados de certos pontos da cidade, enquanto que ele próprio (o edifício) se destaca acentuadamente contrastando de maneira desagradável com a ambientação vizinha.

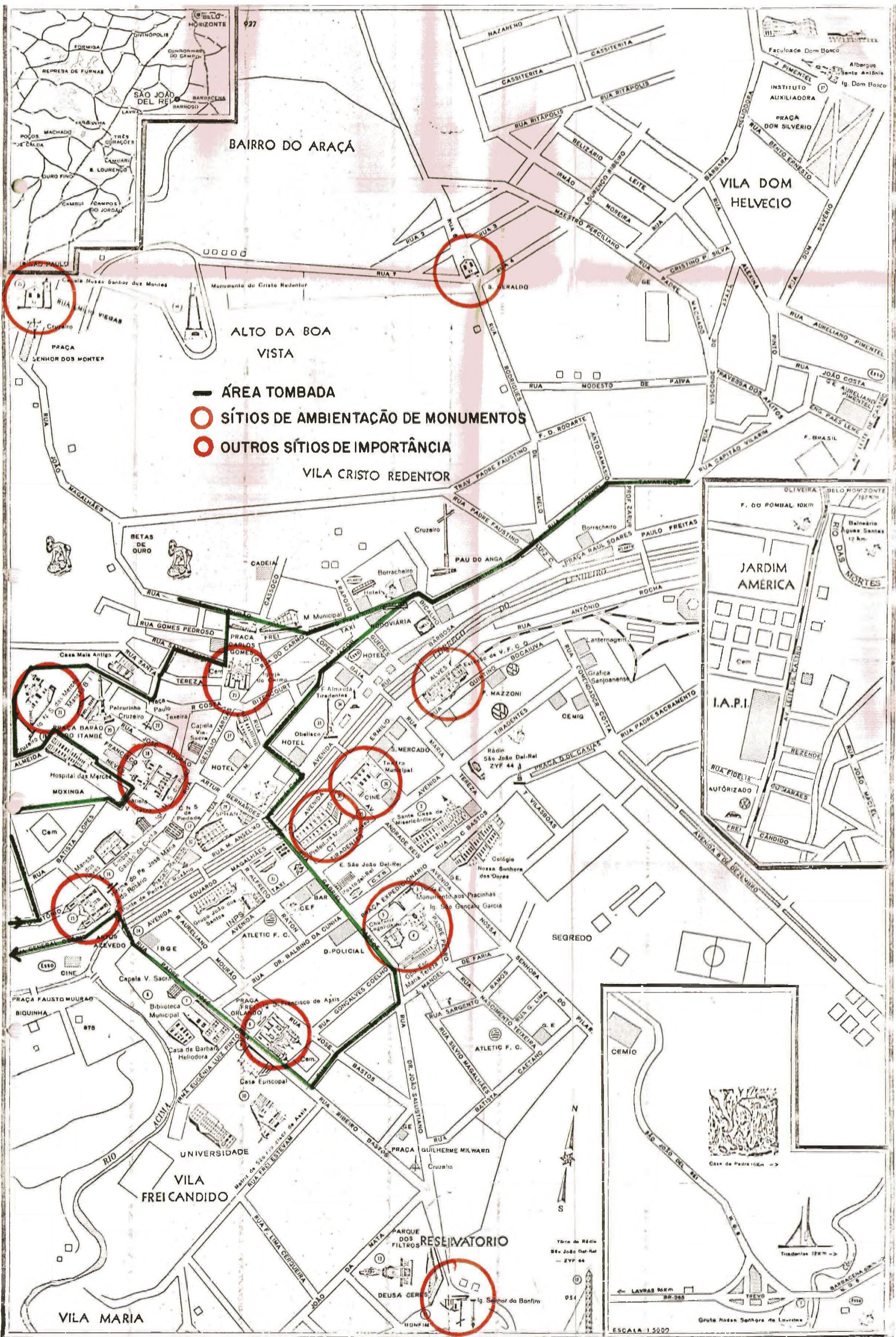
O cuidado em resguardar com providências acauteladoras o remanescente acervo urbanístico e arquitetônico da cidade não deve ser entendido como barreira interposta oficialmente ao desenvolvimento local, mas sim como uma política de valorização da imagem conquistada por São João del-Rei de núcleo urbano culto que procura conciliar as exigências do progresso com o imperativo da conservação de seu rico patrimônio



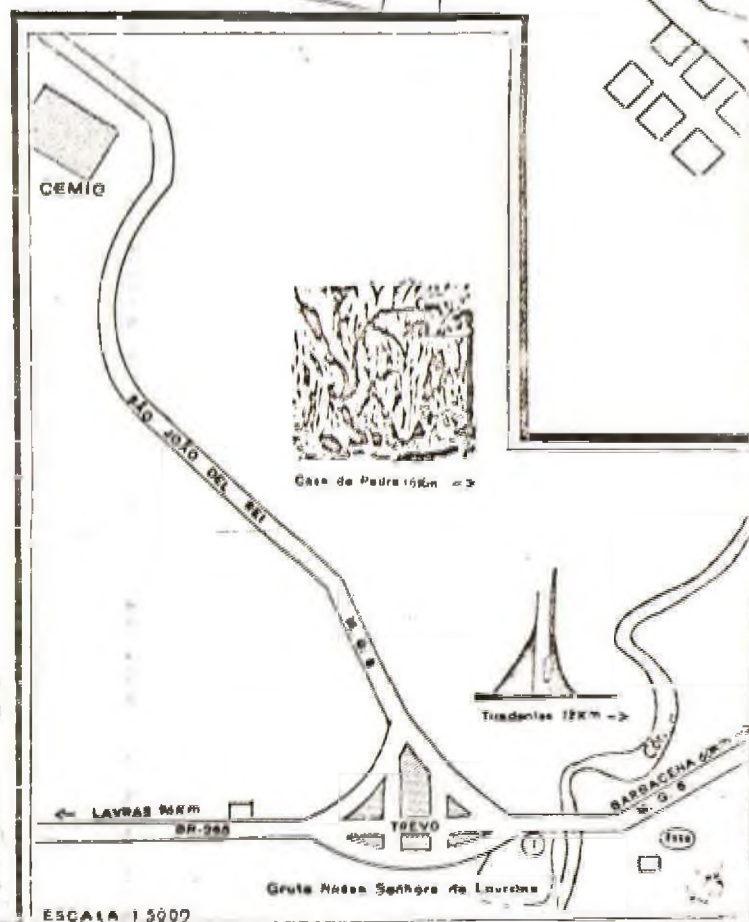
artístico-histórico. E esse imperativo já não se sustenta hoje apenas de razões estreitamente culturais, porquanto apresenta igualmente implicações econômicas de crescente importância, com o incremento cada dia maior do turismo como considerável fonte de renda para a cidade. Além da fruição visual proporcionada pelos monumentos religiosos, ruas e casario típicos, há ali as atrações de um calendário festivo que inclui solenidades da Semana Santa e concorrido Carnaval, promoções cujos brilho e motivação turística são por certo devidos em grande parte à ambientação tradicional em que se realizam. Assim, a preservação do núcleo histórico de São João del-Rei passa a significar um investimento essencial para a vida da própria cidade e as diretrizes para a sua expansão urbana já não podem desprezar essa realidade.

Seguem-se, em anexo, os seguintes detalhamentos relativos a São João del-Rei:

- A. Urbanismo e Acervo Artístico-Histórico;
- B. Turismo;
- C. Sínteses descritivas e históricas de monumentos e edificações de valor arquitetônico, incluindo estimativas sumárias de custos para obras de restauração ou conservação, conforme vistoria do Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) feita em outubro de 1975.



- ÁREA TOMBADA
- SÍTIOS DE AMBIENTAÇÃO DE MONUMENTOS
- OUTROS SÍTIOS DE IMPORTÂNCIA



Torre de Rádio
São João Del-Rei
— 277 00

ESCALA 1:5000



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

Acervo Histórico e Artístico

I. São João del-Rei

ANEXO A

Urbanismo e Acervo Histórico e Artístico



Urbanismo e Acervo Histórico e Artístico de São João del-Rei

Introdução

Convém novamente salientar que não é possível, dentro do escopo de trabalho a que se propõe um plano microrregional, atender a detalhes específicos de problemas pertinentes a uma cidade com as características de São João del-Rei.

Como já foi anteriormente proposto tais problemas deverão ser abordados e equacionados pela Prefeitura através de um Escritório ou Conselho Municipal de Planejamento Urbano.

Ainda que São João del-Rei não seja um núcleo incluído entre as cidades médias do Estado, suas características histórico-culturais justificariam plenamente a implantação de um órgão municipal como o Escritório de Planejamento.

No contexto da microrregião, tal escritório se ocuparia da cidade-pólo enquanto que os problemas de todas as cidades da microrregião devem ser levados a um órgão similar sob o controle da Associação de Municípios.

Em vista do exposto, recomenda-se para todos os monumentos e sítios importantes que se seguem seja feito um levantamento mais detalhado dentro de um plano diretor de desenvolvimento, para a formulação das proposições específicas cabíveis. Enquanto este trabalho é realizado, a Prefeitura, com o objetivo de se resguardar contra os eventuais danos e descharacterização dos locais aqui mencionados e ainda não tombados pelo IPHAN, faria que se aplicasse também a eles legislação idêntica a que vigora para os locais já tombados.



É preciso ressaltar que as prescrições do IPHAN não se limitam à demarcação de uma área tombada, mas também fazem referência às áreas vizinhas.

"As coisas assim tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, tampouco se poderá fazer, na vizinhança de coisa tombada, construção que lhe impeça ou reduza a vizibilidade, nem nela colocar anúncios e cartazes" (Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937).



MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

São João del-Rei

Urbanismo e Acervo Histórico e Artístico

1. Núcleo Histórico - Sítios de ambientação de monumentos

1.1. Igreja Catedral de Nossa Senhora do Pilar

O sítio onde se insere o monumento é de grande importância urbano-paisagística e está compreendido na área central tombada da cidade. Destaca-se o adro cercado por grades, com escadaria de acesso, dando para a Rua Getúlio Vargas. O monumento é ponto focal de conjunto arquitetônico que inclui edificações em boa parte de feição ainda colonial, com fachadas a ele confrontantes, distribuídas em quadrilátero pelas Ruas Getúlio Vargas e José Mourão, travessa ao lado esquerdo da igreja e, aos fundos, Praça Francisco Neves.

Deve ser enfatizada junto ao IPHAN e à Prefeitura a necessidade de preservação mais rigorosa das características do conjunto, inclusive quanto às linhas de composição dos elementos das fachadas e coberturas. Impõe-se também a necessidade de proibição de construções fora dos padrões tradicionais e de reformas que possam alterar os respectivos gabaritos.

1.2. Igreja do Carmo

O sítio está compreendido na área tombada da cidade. A presença ambiental do monumento é aparentemente prejudicada pelo acanhamento espacial do pequeno largo para o qual dá sua elegante fachada. Entretanto, é bastante sugestiva a atmosfera urbana tradicional do sítio, com as duas travessas la



terais à igreja envolvendo-a em estreita intimidade. Numa delas ganha realce o cemitério pertencente à igreja.

Existem no conjunto arquitetônico centralizado pela igreja alguns exemplares de construções antigas que, embora afetados por modificações, merecem ser preservados. Devem ser feitas, com base em levantamento técnico a ser procedido por arquiteto do Projeto, recomendações ao IPHAN e à Prefeitura sobre a conveniência de reconstituição de fachadas e outros detalhes.

Deve também ser procedido um levantamento mais detalhado das condições atuais do sítio, incluindo a Praça Carlos Gomes e a Rua do Carmo, para formulação de proposições específicas cabíveis.

1.3. Igreja de São Francisco

O sítio está compreendido na área tombada da cidade e constitui ponto de excepcional interesse urbano-paisagístico. Nele se insere o principal monumento artístico-religioso local, cuja presença, ao mesmo tempo em que é valorizada pelos elementos de ambientação, a eles comunica atmosfera de monumentalidade. Há perfeita integração de conjunto entre a imponência da Igreja, seu adro em balaustrada, o cemitério ao fundo e, à frente, a Praça Frei Orlando com seu jardim realçado por palmeiras imperiais. Integram ainda o sítio as vias adjacentes, destacando-se a Rua Padre José Maria, valorizada por algumas edificações antigas.

Tratando-se de ponto predominantemente residencial, recomenda-se ao IPHAN e à Prefeitura cuidado especial para que não se venham a implantar ali, no futuro, prédios de apartamentos ou edificações de linhas ou gabarito incompatíveis com a feição geral do sítio. Embora na maior parte as constru-



ções residenciais próximas sejam de épocas mais ou menos recentes, as unidades antigas de maior valor remanescentes no conjunto circunvizinho devem ser imediatamente tombadas, de modo a evitar-se o agravamento da desfiguração ambiental e arquitetônica do sítio. Além das unidades da Praça Frei Orlando, Rua Padre José Maria e Rua Dr. Balbino da Cunha, incluídas na listagem 3.1 deste documento, sugere-se o levantamento e identificação de outras unidades porventura merecedoras de recomendação para tombamento individual.

1.4. Igreja do Rosário

O sítio está compreendido na área tombada da cidade. O monumento desfruta de situação privilegiada, com fachada para a Praça Embaixador Gastão da Cunha, e está envolvido por conjunto de edificações em que se destacam várias construções antigas. Tem a um dos lados a tradicional Rua Santo Antônio e, a outro, bem próxima, a velha Ponte do Rosário, construída em cantaria. A perspectiva visual do sítio se prolonga, por contiguidade, até o trecho da Rua Getúlio Vargas onde se acha a igreja do Pilar.

Deve ser recomendada à Prefeitura estrita observância das normas do IPHAN, para que o conjunto não venha a ser mais seriamente desfigurado por construções novas ou modificações arbitrárias. O tombamento individual do monumento, até hoje não concretizado, é exigência fundamental para a sua adequada preservação e a do próprio conjunto que integra, no qual devem ser identificadas outras edificações que também mereçam ser individualmente tombadas.

1.5. Igreja das Mercês

O sítio está compreendido na área tombada e é valorizado pela sua situação de eminência em ponto bem próximo ao centro



da cidade. A perspectiva visual oferecida pelo monumento é enriquecida por ampla escadaria de acesso e pela ascensão em aclive da fronteira Praça Barão de Itambé, com seu conjunto ainda marcado pela presença de algumas edificações antigas e do reconstituído Pelourinho. Integra-se também ao sítio a contígua Praça Francisco Neves, para a qual dá fundos a igreja do Pilar.

Deve ser solicitado ao IPHAN o imediato tombamento da igreja das Mercês, do sobrado da Praça Barão de Itambé nº 17, com Passo anexo, bem como de outras edificações de valor que venham a ser identificadas por arquiteto. A Prefeitura deve, por seu turno, ser alertada para o perigo da proliferação de pequenas construções desfiguradoras nas imediações da igreja das Mercês.

2. Outros sítios de importância urbano-paisagística

2.1. Centro - Trecho da Avenida Hermilo Alves

O sítio compreende os quarteirões da Avenida Hermilo Alves, ao lado direito do Córrego do Lenheiro, onde se situam os prédios da Prefeitura Municipal, do Teatro Municipal e da Estação Ferroviária. É parte integrante da área mais central da cidade, com forte presença urbano-paisagística e importante função viária.

O local merece agenciamento mais cuidado, especialmente em face da possível retirada dos trilhos ferroviários e da transferência da Estação para outro ponto da cidade, previstas no Plano Diretor da MONTOR. No local da Estação seria implantada uma área de lazer. Deve ser encarecida ao IPHAN a necessidade da efetivação do tombamento do prédio da Prefeitura, bem como do Teatro Municipal, edificação de fins do século XIX, mas bem enquadrada na feição característica da cidade.



2.2. Centro - Praça do Expedicionário

O sítio inclui, em seu conjunto, a igreja de São Gonçalo Garcia e o Chafariz da Legalidade, além do antigo Quartel, hoje Grupo Escolar, e de um recente Monumento aos Pracinhas. Embora não se trate de construções genuinamente coloniais, a igreja e o chafariz merecem tombamento pela sua já tradicional integração no panorama urbano-paisagístico da cidade.

2.3. Capela do Senhor do Bonfim

O sítio, assinalado pela presença do pequeno mas bem antigo monumento religioso, fica em ponto de eminência, num dos morros das periferias da cidade, ao fim da Rua Dr. João Salustiano, próximo ao Reservatório de Água. É local pitoresco pela referência paisagística e descortino visual da cidade.

Deve ser encarecida ao IPHAN a necessidade de tombamento individual da capela. Por sua vez, a Prefeitura deve ser alertada no sentido de impedir, nas circunvizinhanças, construções ou obras urbanas que interfiram na perspectiva do sítio.

2.4. Capela do Senhor do Monte

O sítio, que tem como elemento focal antiga e graciosa capela, fica em ponto de eminência, num dos morros das periferias da cidade, ao fim da Rua João Magalhães e próximo ao Monumento do Cristo Redentor. É local pitoresco pela referência paisagística e descortino visual da cidade.

O tombamento individual da capela deve ser sugerido ao IPHAN, enquanto a Prefeitura deve ser motivada para um mais adequado tratamento do sítio, inclusive no sentido de impedir, nas



circunvizinhanças, construções ou obras urbanas que interfiram na perspectiva do sítio.

2.5. Capela de São Geraldo

O sítio, assinalado pela presença da modesta capela de São Geraldo, fica em ponto eminente num dos morros das periferias da cidade, ao fim da Rua Rodrigues de Melo, próximo ao Alto da Boa Vista.

Embora se trate de ponto situado em bairro popular e de ser a capela construção relativamente nova, o local merece atenção e deve ser preservado nas características atuais. Nesse sentido, devem ser feitas recomendações aos órgãos municipais competentes.

2.6. Outros sítios

Tratando-se de cidade com extensa malha urbana e suburbana, com outros possíveis pontos de interesse paisagístico, deverá o Departamento de Turismo ou um Conselho Municipal de Desenvolvimento identificar novos sítios que mereçam tratamento especial.

3. Novos tombamentos individuais

De modo a resguardar-se o acervo arquitetônico local de novos desfalques e desfigurações, torna-se imperativo o tombamento individual pelo IPHAN de unidades de reconhecido valor pelas características de construção ou integração no conjunto, algumas das quais já objeto de consideração para o mesmo fim por aquele órgão federal. Deve ser recomendado o estudo da aplicação da medida legal de proteção direta nos casos, dentre outros mais, das seguintes edificações civis e religiosas:



3.1. Unidades listadas no Parecer Silva Telles - IPHAN - 1967

- . Praça Frei Orlando s/nº - Casa de Bárbara Heliodora
- . Praça Frei Orlando 38/40, esquina de Rua Padre José Maria
- . Rua Dr. Balbino Cunha 190 - Casa de Gastão da Cunha
- . Rua Padre José Maria 172/4 e Passo vizinho
- . Rua Padre José Maria, 118 e 132
- . Rua Padre José Maria, 80
- . Rua Padre José Maria 7/15/23/29/35/53 - Correr de casas até a Avenida Eduardo Magalhães
- . Edifício da Prefeitura Municipal, na esquina de Rua Artur Bernardes com Avenida Hermilo Alves
- . Edifício do antigo Hotel Colonial, à Rua Artur Bernardes 122/128, esquina de Rua Manuel Anselmo
- . Rua Artur Bernardes 69, esquina de Rua Marechal Deodoro 114/116
- . Rua Marechal Deodoro, 28
- . Rua Duque de Caxias 238/240, esquina de Rua Sebastião Sete 5/17/21
- . Rua Sebastião Sete 6/8/12, esquina de Ruas do Carmo e Marechal Bittencourt
- . Praça Barão de Itambê e Passo Vizinho, nº 17
- . Igreja de Nossa Senhora das Mercês
- . Igreja de Nossa Senhora do Rosário
- . Capela de Santo Antônio



3.2. Outras unidades

- . Teatro Municipal
- . Igreja de São Gonçalo Garcia
- . Capela do Senhor do Bonfim
- . Capela do Senhor do Monte
- . Chafariz da Legalidade
- . Outras unidades de valor que vierem a ser identificadas pelo arquiteto do Conselho ou Escritório Municipal de Planejamento

4. Tráfego urbano

Dentre os problemas mais emergentes ligados à preservação do conjunto paisagístico e arquitetônico da área histórica da cidade, está o do tráfego indiscriminado de veículos, cuja crescente circulação coloca em risco a estabilidade e segurança das edificações antigas que ali se situam. A zona mais afetada é a da margem esquerda do Córrego do Lenheiro, onde as vias tradicionais são bastante estreitas e inadequadas para comportar o trânsito de caminhões e outros carros pesados. A simples adoção de mão única para algumas ruas e travessas não parece constituir solução satisfatória, devendo ser estudadas medidas mais drásticas como o fechamento de determinados quarteirões, reservando-os ao uso primitivo de pedestres, e proibição nos demais trechos da área para veículos que não sejam carros leves de passeio. O problema apresenta, porém, sérias implicações de ordem infra-estrutural que terão de ser convenientemente ponderadas, como o caso da existência de atividades comerciais na área. O assunto foi enfocado, com algumas sugestões corretivas, no Plano Diretor da MONTOR, sugestões que devem ser levadas em conta em estudos futuros.



5. Recursos para Plano de Desenvolvimento Urbano e Restaurações

Em 1975, por solicitação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, realizou o Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro um levantamento sumário das condições de conservação e perspectivas de aproveitamento e valorização do acervo histórico-artístico de Minas Gerais, visando à aplicação no Estado de recursos previstos para o setor por aquele órgão federal.

Relativamente a São João del-Rei, foi sugerido um trabalho de "avaliação dos resultados efetivamente obtidos com a implantação das medidas propostas" no Plano Diretor da MONTOR (1970), bem como a elaboração de "proposições de correção ou de incentivo às tendências atuais do desenvolvimento urbano" local, com "um programa específico de obras de restauração e valorização das unidades arquitetônicas e dos lugares de valor histórico, artístico e paisagístico".

Para a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de São João del-Rei (Plano MONTOR com proposições de correção) foi apresentada uma estimativa sumária de custos da ordem de Cr\$3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), enquanto para obras de restauração, manutenção, adaptação e aproveitamento turístico de várias unidades de valor arquitetônico foram apresentadas estimativas individuais de custos, que vão indicadas em anexa listagem descritiva de monumentos religiosos e outras edificações principais.

O trabalho em questão ficou apenas em nível de sugestão, não tendo sido objeto de proposta financeira detalhada pelo CDU. Por outro lado, não se verificou até agora um pronunciamento concreto sobre o assunto de parte da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.



6. Órgão Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Ar
tístico

Para a manutenção de um Departamento Municipal do Patrimônio e Artístico, a Prefeitura poderá aplicar até 5% (cinco por cento) de sua quota no Fundo de Participação dos tributos federais, para o que já existe a necessária cobertura legal na forma da Resolução nº 94/70, de 6 de agosto de 1970, do Tribunal de Contas da União.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

Acervo Histórico e Artístico

I. São João del-Rei

ANEXO B

Turismo



MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

São João del-Rei

Turismo - Indicações Preliminares para Proposições

1. Órgão municipal de promoção turística

A Prefeitura Municipal mantém um Departamento de Turismo e Recreação, órgão que se incumbe oficialmente do incentivo e promoção de atividades turísticas locais. Além do turismo cultural, que se desenvolve de modo permanente em função do acervo artístico-histórico e sem maior interferência institucional, a cidade apresenta um calendário festivo bastante atraente, em que se destacam as solenidades religiosas da Semana Santa e o Carnaval. São estas as duas ocasiões de maior afluxo de turistas, que também demandam a cidade em número mais considerável ao ensejo das férias escolares de julho e de dezembro/janeiro.

Em casos recentes, o Departamento de Turismo não tem recebido um orçamento fixo e nem contado com funcionários especializados. Devido a importância atual e potencial do turismo para São João del-Rei, sugere-se a elevação do Departamento de Turismo para o nível de uma Secretaria municipal com orçamento previsto e com pessoal adequadamente treinados.

2. Infra-estrutura turística

A cidade é favorecida, no seu desempenho como importante núcleo de atração turística, pela articulação viária, através de estradas pavimentadas, com Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e outros grandes centros urbanos do País. Todos os roteiros de agências de turismo que exploram



programas organizados de visitas às cidades históricas de Minas incluem São João del-Rei como ponto de destaque. Isso assegura, principalmente em fins-de-semana, feriados e férias, um afluxo regular de grupos de turistas à cidade. A infra-estrutura hoteleira e de restaurantes parece absorver razoavelmente essa demanda, o que não ocorre porém por ocasião de grandes promoções como a Semana Santa e o Carnaval, quando se esgotam com muita antecedência as reservas de hotéis e o atendimento nas casas de refeição se torna insatisfatório e tumultuado. Os serviços locais de hospedagem e alimentação são geralmente bastante criticados pelo alto preço das diárias e refeições, notadamente ao ensejo das promoções mais concorridas.

3. Artesanato

Como cidade de crescente atividade turística, São João del-Rei é naturalmente um mercado indicado para a maior divulgação e comercialização dos artigos de artesanato produzidos ali e em outros núcleos da Microrregião já tradicionais nesse campo. É o caso do artesanato em prata de Tiradentes e em couro de Prados, artigos de boa aceitação pela qualidade e caráter típico da confecção.

Sugere-se a manutenção em São João del-Rei, em prédio de preferência da área histórica para esse fim adaptado, de um Centro de Artesanato destinado a exposições e vendas permanentes, bem como a realização de feiras eventuais ou regulares em locais que ofereçam boa ambientação, a exemplo da Praça Frei Orlando fronteira à Igreja de São Francisco.



4. Programas integrados com cidades vizinhas

São João del-Rei representa pólo natural para circuitos turísticos que, devidamente programados, podem levar benefícios também a outras cidades da Microrregião igualmente dotadas de potencial em bens naturais e artístico-históricos. Presentemente, apenas a cidade de Tiradentes usufrui mais ou menos regularmente do movimento turístico centralizado em São João del-Rei, atraindo tanto aqueles visitantes motivados pelo conhecimento do conjunto colonial e das obras de arte religiosa, quanto os que demandam lazer e repouso no balneário de Águas Santas. Trata-se, porém de um intercâmbio espontâneo, que não chega a receber maior incentivo institucional e que se apoia principalmente nas boas condições da ligação asfáltica entre São João del-Rei e os núcleos histórico e balneário de Tiradentes. Mesmo assim, os visitantes que se dirigem de São João para os dois pontos de atração do município vizinho se ressentem, nessa complementação de programas, da quase total ausência de informações e placas orientadoras, o que revela falta de entrosamento e de mútuo interesse no campo da promoção turística entre as municipalidades.

A situação é ainda mais séria com relação à possível afluência turística de São João del-Rei para outras cidades da Microrregião, o que é de lamentar notadamente quanto a Prados, Resende Costa e Ritópolis, que possuem bens tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No caso de Prados, cidade valorizada pela peculiaridade paisagística e por monumentos religiosos de importância, as dificuldades residem principalmente na precariedade da comunicação rodoviária, feita em largo trecho por estrada de terra, embora se localize relativamente a pequena distância de São João del-Rei.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

Acervo Histórico e Artístico

I. São João del-Rei

ANEXO C

Sínteses descritivas e históricas de monumentos e edificações de valor arquitetônico, incluindo estimativas de custos para obras de restauração ou conservação, conforme vistoria do CDU feita em outubro de 1975.



MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES

São João del-Rei

1. Edificações Religiosas

1.1. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar

A iniciativa de construção da Igreja Matriz foi tomada por provisão de 12 de setembro de 1721, de forma a substituir a primitiva capela do Pilar, incendiada alguns anos antes durante a Guerra dos Emboabas.

Em 1738, já se encontrava concluído a Capela-mor com o respectivo retábulo e altar, sendo dessa mesma época os altares laterais.

As obras do adro e do frontispício datam de 1820 a 1844, construídas segundo risco de autoria de Manuel Vitor de Jesus, que veio a substituir o projeto anterior de Francisco de Lima Cerqueira.

Caracteriza-se a fachada por suas linhas tradicionais: torres de secção quadrada com cobertura em forma de pirâmide e frontão triangular, encimado por uma crua de pedra e ornado no centro com um cordeiro sobre o livro dos Sete Selos, entre nuvens.

A simplicidade externa da Igreja compensa-se pela suntuosidade de sua decoração interna, composta por seis altares laterais, dois púlpitos e sobretudo a capela-mor, constituindo na opinião de Cermain Pazin um dos mais belos e harmônicos conjuntos de talha em Minas. O estilo predominante é o D. João V, embora apareçam também elementos rococó de fatura posterior.



O teto da nave apresenta um painel pintado central, emoldurado por ornatos barrocos, tendo ao centro a imagem da Virgem e do Menino, coroados e cercados por uma série de anjos, nuvens e resplendores. O teto da capela-mor, em abóbada facetada, está coberto por arabescos dourados sobre fundo branco; nas paredes laterais estão dois painéis retratando cenas da Última Ceia, tendo abaixo pinturas em quadros com cenas bíblicas, provavelmente repintadas, pois há vestígio de douramento sob a tinta azul-acinzentada.

Também são pintados os tetos da sacristia e corredores laterais, com motivos ornamentais (flores, figuras simbólicas).

A Igreja está bem conservada; seria conveniente um melhor serviço de manutenção dos retábulos e imagens, e restauração das pinturas.

Tombada individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) conforme Inscrição nº 328 Livro Belas Artes - fl. 69, em data de 20 de novembro de 1949.

Estimativa de custos 20.000,00
- manutenção -

1.2. Igreja de Nossa Senhora do Carmo

A iniciativa de construção da Igreja coube à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, conforme autorização concedida pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio de Guadalupe, a 10 de dezembro de 1732; dois anos mais tarde, em dezembro de 1734, a capela (mor) recebeu a benção inaugural.

As obras de construção foram concluídas no ano de 1759, se estendendo os trabalhos de acabamentos e ornamentação até princípios do século XIX.



Em documentos de 1759, foram apresentados riscos para os retábulos, tendo sido as obras ajustadas no mesmo ano com o mestre Manuel Roiz Coelho; no ano de 1787, acertou-se a execução do frontispício e das torres com o mestre Francisco de Lima Cerqueira, durando as obras até 1816; mais algumas construções se estenderam até 1824, levando assim a Igreja cerca de um século para ser concluída.

A fachada poligonal, valorizada pelas guarnições em pedra — sabão das pilastras, cimalkhas, capitêis, enquadramento e ornamentos da portada, janelas e óculo, apresenta linhas harmônicas e elegantes, em estilo rococó. Destaque especial para a portada com rico trabalho em baixo relevo: medalhão de Nossa Senhora do Carmo e o Menino Jesus, entre anjos, guirlandas de flores e querubins, encimado por uma coroa.

As duas torres, em forma octogonal (que segundo risco original deveriam ser arredondadas), são pouco elevadas, quase igualando-se ao frontão, sendo arrematadas por uma esfera armilar, servindo de base a uma cruz de metal.

Compõe o interior da igreja por cinco altares e dois púlpitos: o altar-mor, em pintura branca da última fase do rococó mineiro — linhas simples, sem excesso de ornatos, colunas de ordem comôsite com fuste estriado — se estendendo a decoração em talha por toda a capela-mor (guirlandas, anjos, conchoides, sanefas); os quatro altares colaterais, também todos brancos e dessa mesma época, talvez um pouco posteriores colunas salmônicas, ornamentos em guirlandas de flores, anjos sobre os capitêis, medalhão no alto da sanefa; e os púlpitos, brancos, com tribuna ornamentada na base por cabeças de querubins, e dossel arrematado por grande figura de anjo com trombeta.



No consistório, todo mobiliado no estilo D. João V, está guardada uma série de imaginária, com destaque especial para dois oratórios.

Bem conservada, a Igreja necessita principalmente da substituição de alguns elementos descaracterizadores, como o forro e piso do consistório.

Tombada individualmente, com o cemitério fronteiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme Inscrição nº 90 - Livro História - fl. 16 e Inscrição nº 193 - Livro Belas Artes - fl. 34, em data de 06 de julho de 1933.

Estimativa de custos 20.000,00

- manutenção -

1.3. Igreja de São Francisco de Assis

A iniciativa de construção da Igreja coube à Ordem Terceira de São Francisco de Assis que, em 1773, fez um ajuste com os pedreiros Inácio José do Rego e Antônio Ferreira Lima para trabalharem nas obras da nova Igreja, por estar a primitiva capela em ruínas.

Em 1774, foram contratados os serviços do mestre Francisco de Lima Cerqueira "para governar" e executar as obras da Igreja "na forma de risco que se lhe apresentou", provavelmente de autoria de Aleijadinho. Alguns anos depois, em 1779, o mestre de obras impôs como condição para continuar a dirigir os trabalhos a modificação do risco segundo suas próprias determinações; esta modificação compreendeu, principalmente, a substituição das torres chanfradas por torres redondas cercadas por balaustradas no remate superior. Francisco de Lima Cerqueira concluiu seus trabalhos na Igreja



em 1804, quando "dã-se por pago e satisfeito", tendo sido executados até então as obras da capela-mor, com o respectivo retábulo, da nave, da sacristia e demais obras menores.

Em 1809, o acabamento da torre e do coro ficou sob responsabilidade do mestre Aniceto de Souza Lopes, oficial de cantaria; e com a construção do adro, em 1874, complementou-se a obra da igreja.

Na fachada, destacam-se os baixos relevos do frontão e do medalhão da portada, cujo risco projetado por Aleijadinho em 1774, foi executado pelo mestre Aniceto de Souza Lopes. Nas laterais, quatro portas com ombreiras em volutas e vergas de pedra azul adornadas com desenhos ligam-se diretamente com a nave.

O conjunto de talha, compreendendo a capela-mor, dois altares do arco-cruzeiro, quatro altares da nave e dois púlpitos, constituem obras da terceira fase do barroco mineiro, com nítida influência da escola de Aleijadinho: a capela-mor, toda branca e dourada, datada de 1781, compõe-se de retábulo simples, com ausência de dossel, poucos ornatos, quatro colunas torsas, tendo ao alto a escultura da SS Trindade; os altares colaterais, já do princípio do século XIX, em estilo mais evoluído, com dossel estilizado, colunas torsas e ornatos no alto onde pende um suporte de lâmpada (atualmente, se apresentam na cor natural da madeira, depois que o IPHAN retirou a pintura de tinta branca).

Vários exemplares de imaginária colonial estão espalhados pelos altares e sacristias.

O estado geral de conservação de igreja é bom, apesar da necessidade de consertos no telhado (há goteiras nas sacris



tias, na entrada, na nave e na capela lateral); além disso, seria conveniente a substituição de alguns elementos descaracterizadores (pisos em ladrilhos cerâmico, etc).

Tombada individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme Inscrição nº 78 - Livro História - fl. 14, e Inscrição nº 164 - Livro Belas Artes - fl. 29, em data de 15 de julho de 1938.

Estimativas de custos	20.000,00
- manutenção -	
- out/75 -	

1.4. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A igreja de Nossa Senhora do Rosário, data do ano de 1719, quando foi benta pelo vigário da Vara Padre Manuel Cabral Camilo, partindo a iniciativa de construção da Irmandade do Rosário, instituída onze anos antes, em 1708; é, assim, considerada um dos templos mais antigos da cidade. Entretanto, sofreu diversos acréscimos e remodelações, principalmente em 1753 e durante todo o século XIX.

Primitivamente, possuía um campanário separado da igreja, que, mais tarde foi substituído por uma torre central na fachada; em princípios do século, a torre foi demolida por ameaçar ruir, sendo construídas então suas duas torres quadrangulares atuais por volta de 1930 - 1940.

Indica assim a fachada da igreja duas épocas distintas: a parte baixa, mais antiga, com capitéis "borrominescos" ornamentados e portada em cantaria (denotando influência das igrejas do Carmo e S. Francisco); e o frontão, semi-circular com volutas laterais e concha na parte central, e as duas torres, de época mais recente.



O interior é ornamentado por talha em estilo rococó, já com presença de elementos neo-clássicos, que se acham cobertos com pintura de óleo de cores extremamente carregadas.

Os altares laterais, com frontão elevado e dois anjos sustentando de cada lado a cortina, possuem imagens de madeira de boa qualidade: São Benedito e Santo Antônio (à direita) e Nossa Senhora dos Remédios (à esquerda).

O altar-mor, com talha de autoria do artista Luís Pinheiro de Sousa, possui quatro colunas de fustes estriados arreemantadas por volutas onde se apoiam quatro anjos, capitéis com p_ositos, dossel e uma bela imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Encontra-se bem conservada, necessitando entretanto, da substituição de elementos descaracterizadores - piso de ladrilho da nave, corredores laterais e sacristias, pintura a óleo dos retábulos, etc.

Estimativa de custos 20.000,00
- manutenção -

1.5. Igreja de Nossa Senhora das Mercês

Datando a primitiva igreja das Mercês, do ano de 1751, a atual construção foi resultado de trabalhos de remodelação, em 1808, época da instituição da Arquiconfraria das Mercês. Durante todo o século XIX, foi executada uma série de novas reformas, entre elas a reconstrução do campanário (em 1827) e as obras de ampliação da sacristia.

O frontão e os capitéis "borrominescos" (inspirados na igreja de São Francisco, segundo Germain Bazin), a portada e duas janelas rasgadas com enquadramento em cantaria e verg



gas alteadas formam, com a torre quadrilátera ligeiramente afastada do corpo, o conjunto da fachada, num estilo rococó tardio. Internamente, possui talha neo-clássica, do século XIX, e algumas pinturas recentes nas paredes laterais da nave.

O acesso à Igreja é feito por uma escadaria monumental.

Encontra-se em bom estado de conservação, requerendo apenas a substituição de alguns elementos descaracterizadores.

Estimativa de custos	20.000,00
- manutenção -	

1.6. Capela de Santo Antônio Rua Santo Antônio

A construção da capela de Santo Antônio data provavelmente de princípios do século XIX; foi erigida em época posterior à de São Francisco de Assis, da qual mostra influência nos capitéis das pilastras laterais, segundo observação de Germain Bazin. Sua fachada compõe-se de portada em pedra azulada, duas pilastras laterais (coberta, atualmente, por pintura a óleo), duas janelas rasgadas com sacadas entaladas em ferro e um óculo.

Seu interior, cuja nave e capela-mor estão divididas por uma bonita balaustrada em madeira entalhada, apresenta um só altar, em rococó tardio simplificado, branco e dourado (capitéis compostos, rocalhas e folhas de acanto estilizadas) em púlpito, também em talha branca e dourada, e um coro.

Encontra-se hoje razoavelmente bem conservada, necessitando entretanto de urgentes consertos no telhado, de forma a interromper a infiltração de água nas paredes internas, além



da substituição de alguns elementos descaracterizadores (soleira da porta em cimento, pintura a óleo sobre as pilastras de pedra e as portas internas almofadadas).

Estimativa de custos 100.000,00
- restauração -
- outubro/1975 -

1.7. Capela do Bom Jesus do Monte

Nada consta sobre a época e iniciativa de construção da Capela do Bom Jesus do Monte; provavelmente data de princípios do século XIX.

Bem localizada, no alto da cidade, a capela apresenta fachada simples, com uma só torre lateral, porta almofadada, duas janelas rasgadas com sacadas entaladas em ferro e um óculo.

Três retábulos em madeira recortada, pintados a óleo, branco e dourado, e oito painéis retratando cenas do martírio de Cristo (necessitam restauração), na nave e capela-mor, compõem a decoração interna; possui ainda alguma imaginária em madeira, destacando-se a imagem da Pietã, colocada no altar lateral da esquerda.

Apesar de aparentemente bem conservada, sofre problemas sérios de infiltração de água no forro da nave, necessitando ainda de melhor aproveitamento paisagístico do adro, colocação de alguns vidros, nova pintura e limpeza geral.

Estimativa de custos 100.000,00
- restauração -
- outubro/1975 -



1.3. Capela do Senhor do Bonfim

Segundo o historiador Augusto Viegas, a capela foi erigida no ano de 1769, por iniciativa de José Garcia de Carvalho.

De pequenas proporções, sua fachada, bastante simples, compõe-se de uma porta almofadada, um óculo e torre-sineira na lateral esquerda.

Internamente, se apresenta quase sem qualquer ornamentação, apenas um altar em tábuas pintadas e algumas peças de imaginária em madeira, de boa qualidade, (dois crucifixos, N. S. do Pilar, São Lázaro, São Pedro, São Roque).

Razoavelmente bem conservada, se encontra prejudicada com o uso de materiais recentes e dos caracterizantes no forro e piso da nave e capela-mor (ladrilhos, frisos envernizados).

Estimativa de custos	100.000,00
- restauração -	

1.9. Igreja de São Gonçalo Garcia

Não há referência precisa sobre a época da construção da igreja; conquanto as terras para seu patrimônio terem sido doadas à Irmandade de São Gonçalo Garcia desde o ano de 1759, ao que parece a construção só teve início muito tempo depois, em fins do século XVIII.

Mencionada por Pizarro e Araújo em 1820/22, sua fachada entretanto só foi concluída em 1881, ficando definitivamente efetivada em 1903.

Sem estilo definido, aproximando-se do neo-gótico, apresenta



fachada em dois planos, tendo no térreo a porta principal e no superior três janelas dando para o coro. A torre central, com base talhada em pedra azul, é arrematada por uma pirâmide de quadrangular encimada por uma cruz.

Decoração interior pouco significativa, destacando-se apenas um lavabo de pedra azulada na sacristia.

Acha-se bem conservada.

Estimativa de custos	100.000,00
- restauração -	

2. Edificações civis

2.1. Antigo Paço Municipal e Cadeia, atual Prefeitura Municipal

Av. Hermilo Alves com Rua Gabriel Passos

Durante todo o século XVIII, São João del-Rei não possuiu prédio próprio para a Casa de Câmara e Cadeia, apesar de várias tentativas de arrecadação de verbas e vários pedidos de ajuda à administração portuguesa para a construção. A decisão de construção só ocorreu em 1829, em terreno doado por João Batista Caetano de Almeida e por iniciativa particular e da municipalidade, com projeto de autoria do artista Jesuíno José Ferreira.

Em 1849, o prédio foi inaugurado, passando a Câmara a funcionar no pavimento superior e, no térreo, a Cadeia, segundo hábito bastante comum no Brasil. A cadeia aí permaneceu até o ano de 1925, quando foi transferida para o Largo do Carmo, sendo instalada no local a Biblioteca Municipal. Hoje, o edifício serve como Câmara e Prefeitura Municipal.



O edifício apresenta dois pavimentos de "linhas singelas e de estilo sóbrio, com ampla portada de pedra à entrada, quatro janelas em baixo e cinco sacadas, no alto, que dão para a varanda corrida com gradil de ferro", todas elas em arco abatido, postigo sobreposto e bandeiras trabalhadas. Ornamenta o triângulo do frontão da fachada, sobre um escudo, "a esfera armilar rodeada de 19 estrelas, guarnecida de dois ramos, de café e de fumo, figura central da Bandeira do Império. Sobre a janela central da frente do edifício, o símbolo da Lei, da Justiça e da Força, figurados por um cutelo, um capacete com penacho, um livro aberto, uma balança e algemas".

Internamente, sofreu reformas de maneira a se adaptar às novas funções, apresentando alguns pisos em friso e forros em laje colocados recentemente.

Encontra-se bem conservado; propõe-se para seu melhor aproveitamento turístico a instalação de um museu.

Estimativa de custo	30.000,00
- manutenção -	
out/1975	

2.2. Teatro Municipal

Av. Hermilo Alves

Antes da construção do atual teatro municipal teve São João del-Rei outras duas Casas de Ópera - a primeira, construída na Praça da Praia, cuja mais antiga referência data de 1805, no Livro de Termo de Vereança de 1797-1805; e a segunda, edificada em 1843-1844, à rua da Prata - ambas não mais existindo.



O novo teatro foi então construído, em substituição ao antigo Teatro São Joanense, em fins do século XIX, durante a administração municipal de Antônio Francisco da Rocha, sendo inaugurado a 2 de fevereiro de 1893, com a apresentação da peça "Dalila" pelo ator Furtado Coelho.

Sofreu o prédio remodelação em 1924, no período da administração de Basílio de Magalhães, ficando o serviço sob responsabilidade do engenheiro Haroldo Paranhos. Novos melhoramentos foram executados no Governo do Prefeito Antônio Viagas, pela empresa Cupello e Cia, encerrados a 10 de novembro de 1941. Em 1970, o teatro recebeu novo forro de laje. Atualmente, encontra-se em bom estado de conservação, necessitando de melhor adaptação às suas funções de teatro.

O prédio é uma construção de tijolos, em um estilo neo-clássico. As 3 portas térreas com enquadramento de madeira e vergas em arco pleno, correspondem no andar superior a 3 sacadas isoladas com balaustres de massa, ornamentos no alto das vergas retas e ladeadas por seis colunas neo-clássicas. No centro do frontão triangular, em meio a vários ornatos, destaca-se o brasão da cidade; no vértice do triângulo, estão as esculturas simbolizando a Poesia, A Música e a Literatura.

Internamente, apresenta pisos em tabuado largo e as paredes forradas com papel de parede.

Estimativa de custo - 10/76 150.000,00

- adaptação -



2.3. Casa mais antiga da cidade

Rua Santa Tereza nº 127/129

Nada consta sobre a época e iniciativa de construção do sobrado que, pelo seu estilo, é considerado o mais antigo da cidade. Atualmente, foi ele dividido em duas residências - a parte correspondente à fachada principal, voltada para a rua Santa Tereza, bastante danificada e totalmente abandonada; e a parte posterior, de acesso pela rua Hilário Viegas, reformada recentemente e descaracterizada pelo uso de material moderno.

Sua fachada principal é composta, no térreo, de uma janela em guilhotina e três portas em vergas retas; e, no andar superior, por duas portas almofadadas voltadas para um alpendre em balanço sustentado sobre cachorros, com guarda-corpo em madeira recortada e ornatos simulando arcos, no alto. Encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando urgente restauração - novo revestimento e caiação, pintura de janelas e portas, recuperação da estrutura de madeira do alpendre apodrecida e ameaçando ruir.

Estimativa de custo	30.000,00
out./1975	
- restauração -	

2.4. Casa de Bárbara Heliadora

Praça Frei Orlando, antigo Largo de São Francisco

O pequeno sobrado colonial de fins do século XVIII, conhecido por Casa de Bárbara Heliadora, possui um valor especialmente histórico; permaneceu como propriedade da mulher do inconfidente Alvarega Peixoto pelo menos até o ano de seu falecimento, em 1319. Durante o século XIX é provável que a Casa tenha continuado a pertencer a seus herdeiros, servin



do como residência particular. Recentemente, foi adquirida pela Prefeitura para instalação do Museu de São João del-Rei e Departamento de Turismo e Recreação Municipal.

Duas portas no térreo, com enquadramento de madeira, vergas retas e folhas de calha, dando acesso a um "cômodo de negócios", e correspondendo no andar superior a duas sacadas com guarda-corpo de ferro batido (certamente superposição do século XIX), formam o conjunto da fachada principal da casa.

Internamente, bem conservada, mantém os pisos em tabuado largo e o forro da sala em gamela.

Ao fundo, depois do pátio interno ajardinado, foi construído um pequeno prédio neo-colonial, onde funciona a Biblioteca Municipal.

- Estimativa de custo 30.000,00
- out/1976 -
- manutenção -

2.5. Casa do Padre José Maria Xavier

Rua João Mourão

A pequena casa térrea que pertencera, no século XIX, ao compositor sacro são-joanense, Padre José Maria Xavier, pela sua simplicidade de estilo e de elementos arquitetônicos, tem um maior valor histórico, além de compor o conjunto artístico-arquitetônico da rua.

Cobertura de taça, beira-seveira, pintada de branco e azul, uma porta e cinco janelas com vergas em arco abatido e vedação em calha na fachada principal, caracterizam a casa. Encontra-se em estado de conservação regular.



Estimativa de custo 30.000,00
- restauração -
- out./1976 -

2.6. Casa da Família Lustosa
Praça Embaixador Gastão da Cunha

Nada consta sobre a época e iniciativa de construção do sobrado, sabendo-se apenas que data do século XIX e que pertencera, talvez desde sua construção, à família Lustosa. Atualmente, é utilizado como residência particular no andar superior, e laboratório no térreo.

Seu pavimento superior apresenta sacada corrida, em ferro batido, para a qual se voltam sete portas almofadadas, em arco abatido e sobrevergas; outras sete portas completam o térreo, com vedação em calha, vergas alteadas e sobrevergas.

Mantém-se bem conservado.

2.7. Casa do Barão de São João del-Rei
Rua Padre José Maria Xavier, antiga Rua da Prata

Não existe qualquer informação sobre a época e a iniciativa de construção do prédio, sabendo-se apenas que pertencera à família do Barão de São João del-Rei e que remonta ao século XIX. Hoje, o sobrado é utilizado como Delegacia de Ensino e Delegacia Fiscal de Minas Gerais.

Com beiradas em beira-seveira, a fachada compõe-se de duas portas e cinco janelas em guilhotina, vergas alteadas e sobrevergas trabalhadas, no térreo, além de sete sacadas isoladas, em ferro, com postigo sobreposto e bandeiras de vidro e sobrevergas trabalhadas, no andar superior. Internamente, ainda conserva alguns pisos em tabuado largo, e ai



gumas portas almofadadas.

Bem conservado, precisa de nova pintura.

2.8. Solar da Baronesa de Itaverava ou
Casa da Família Vieira Castro
Rua Resende Costa, nº 5/17/21

O grande sobrado de esquina, situado em frente ao Largo do Carmo e construído no século XIX, está hoje dividido em várias casas residenciais.

No andar superior, são onze janelas rasgadas para uma longa sacada corrida, com balaustrada de ferro e suporte de lâmpião, que acompanha as janelas da fachada lateral; todas elas possuem vergas em arco abatido, sobrevergas de massa e caixilhos fixos de vidro. Correspondem no térreo igual número de vãos - cinco portas em arco pleno e vedação almofadada, três janelas também em arco pleno e sobrevergas de massa (duas delas com gradil de ferro) e ainda quatro janelas rasgadas com sacadas entaladas de ferro, e vergas alteadas. Destaque para a água furtada no alto da fachada principal, com beira-seveira e duas janelas em guilhotina.

Mantêm-se bem conservada.

2.9. Solar Tancredo Neves
Praça Embaixador Gastão da Cunha

O belo sobrado situado em frente à Igreja do Rosário, com entorno em capistrana e passeio de laje, apresenta-se muito bem cuidado, com jardins e trepadeiras acompanhando as sacadas do andar superior.



Nada se sabe sobre a época e iniciativa da construção, supondo-se apenas que sempre tenha servido com residência particular.

Compõe-se sua fachada principal por duas portas almofadadas e quatro janelas em guilhotina, com vergas em arco abatido e sobrevergas, e um conjunto de seis sacadas isoladas, no andar superior, com gradil de ferro, ornamentadas cada uma por dois "abacaxis" de vidro e dois lampiões. Na lateral direita, a casa apresenta um jardim cercado por grades e uma construção possivelmente mais recente com uma porta almofadada e duas janelas em guilhotina. Internamente, conserva-se, de forma geral, sem alterações no estilo ou uso de elementos descaracterizadores. Encontra-se em bom estado.

2.10. Solar João Moura, atual Museu Regional do IPHAN - Rua Marechal Deodoro, nº 12, esquina com Praça Severino de Resende.

Portas em arco abatido, sacadas isoladas com postigo sobreposto e janelas em guilhotina compõem as fachadas do sobrado, arrematado por cimalha e beira-seveira. Na parte interna, conserva-se o aspecto original, com poucos acréscimos de elementos modernos.

Bem conservado, apresenta, entretanto, as paredes de sala do arquivo com infiltração de água. É tombado pelo IPHAN, conforme Incrição nº 244 - Livro História - fl. 41 e Incrição nº 310 - Livro Belas Artes - fl. 65, em data de 01 de agosto de 1946.

Estimativa de custo	30.000,00
- manutenção -	
- out/1976 -	



2.11. Solar Guadalupe, atual Mosteiro de São José
Rua Padre José Maria, nº 16

Antiga propriedade residencial da família Guadalupe, recentemente passou a pertencer à Ordem da Imaculada Conceição, para instalação do Mosteiro de São José.

Sua fachada é composta no andar superior de duas sacadas isoladas ladeando uma sacada corrida, todas elas com balaustrada de ferro e postigo sobreposto em vergas de arco abatido; correspondem no térreo a duas portas e quatro janelas em guilhotina também em vergas alteadas. Apresenta ainda beiradas em cimalha, cunhais em forma de pilastra de massa com capitel e ornatos em forma de rocalha.

Datado do século XIX, sofreu remodelações com o tempo, principalmente em seu interior, onde foram acrescentados elementos novos e usados materiais modernos - pisos de cimento, basculantes, etc.

Propõe-se o aproveitamento do sobrado para uma pousada.

Estimativa de custo	200.000,00
- adaptação -	
- outubro/1976 -	

2.12. Casa do Barão de Itambé
Praça Barão de Itambé

A casa térrea, que pertencera ao Barão de Itambé, durante o século XIX, é o mesmo prédio que serviu, na época colonial, de Casa de Intendência.

Sua fachada, com beirada em cimalha, compõe-se de oito janelas em guilhotina, com vergas em arco abatido e sobrevergas



de massa e, no centro, uma porta com bonito trabalho em almofadas, vergas alteadas e sobrevergas ornamentadas. Ao lado esquerdo, anexo à casa, um pequeno passo com porta almofadada e frontão trabalhado em pedra e massa, encimado por uma cruz em cantaria.

Está razoavelmente bem conservada, necessitando nova pintura, consertos no telhado, etc.

Estimativa de custo	10.000,00
- restauração -	
- outubro/1976 -	

2.13. Ponte da Cadeia

A iniciativa de construção da ponte coube ao Senado da Câmara, em edital lançado a 15 de novembro de 1797, no qual foi aberta concorrência para "a fatura de uma nova ponte de pedra no lugar e rua da Intendência, ... visto o ruidoso e deplorável estado em que se acham as duas pontes de madeira desta Vila, ... muito principalmente a da sobredita rua da Intendência e porque esta he a de maior comércio e de maior utilidade pública".

Arrematou as obras de construção o mestre Joaquim Darnardes Chaves, em 1798, pelo valor de 5 contos e 100 mil réis, convencionando-se no contrato que a ponte "seria feita de pedra e cal com cantaria a picão meudo por todas as suas faces e lados; que seria formada sobre três arcos de trinta e dois palmos de vão cada hum; que teria assentos de hua e outra parte no vão de arco do meio e paredões dos lados". Mais tarde, a obra foi transferida para o mestre João Gonçalves Gomes, sob direção de Francisco de Lima Cerqueira.



A ponte foi construída segundo a orientação recebida sendo apenas acrescentados dois paredões no correr de um dos peões; conserva-se até hoje sem qualquer alteração.

2.14. Ponte do Rosário

As obras de construção da Ponte do Rosário, sobre o Córrego do Lenheiro, ligando a Rua do Rosário à antiga Rua da Prata, foram arrematadas em hasta pública, a 11 de outubro de 1800, pelo Capitão Manuel Ferreira Leite, por 4.000\$000.

Construída de acordo com orientação estipulada no contrato, apresenta um risco bastante semelhante à Ponte da Cadeia: "mesma largura, em três arcos e de cantaria de pedra lavrada a picão miúdo, com assentos de um e do outro lado sobre o vão de arco do meio, uma pirâmide ornamental de pedra azul em cada canto e uma cruz também em pedra azul no meio do corre-mão".

3. Chafarizes

3.1. Chafariz da Praça Carlos Gomes, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Localizado no centro da praça, o chafariz foi erigido no ano de 1887; é ornamentado por cinco lampiões no alto, apresentando originalmente base com quatro receptores de água (falta um deles) para os quais se voltam as quatro carrancas em bonito trabalho de bronze.

Apesar de estar em bom estado, necessita de alguma restauração - limpeza de forma a retirar os rabiscos, recolocação do tanque que falta, recolocação de alguns vidros dos lampiões -; seria também importante que o chafariz voltasse a ter condições de funcionamento.



Estimativa de custos 10.000,00
- manutenção -

3.2. Chafariz da Legalidade

Construído em 1833, no Largo da Praia, foi o chafariz demolido e, mais tarde, restaurado na Praça do Quartel (hoje Praça Tiradentes). Em 1943, foi novamente transferido agora para a Praça dos Andrades, defronte ao Grupo Escolar Maria Tereza.

Em alvenaria, é ornamentado com escada, pilastras, pirâmides e volutas em pedra.

Bem conservado.